

A EXCLUSÃO DE GÊNERO NO PROGRAMA BRASILEIRO DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA

Lígia Albuquerque de Melo*

SUMÁRIO

Integrando a pesquisa *A Seca Nordestina de 1998: dimensões e características socioeconômicas*, desenvolvida pela Fundação Joaquim Nabuco. Com base em dados recolhidos em Pernambuco e Paraíba, analisa a relação de gênero no *Programa de Emergência de Seca*, criado em 1998 pelo Governo Federal para amenizar os efeitos da estiagem no semi-árido nordestino. Consta a omissão de uma perspectiva de gênero, impeditiva de uma relação de equidade entre os homens e mulheres. Conclui que foram dadas menos oportunidades às mulheres quanto ao poder de decisão, dificultando-lhes e impedindo-lhes ser beneficiárias e agentes do próprio *Programa de Emergência*.

Palavras-chave: mulher, gênero, seca, Pernambuco, Paraíba, Semi-Árido, Nordeste, emergência, agricultura.

A mulher não nasce aprendida, aprende com o tempo. Com o tempo se aprende tudo, depende da inteligência e do interesse da pessoa (Trabalhadora do município de Patos-PB).

A questão de gênero, que envolve homens e mulheres, resguardando as diferenças peculiares de cada um dos sexos, deve ser compreendida, antes de tudo, como o campo primordial, dentro do qual ou por meio do qual o poder é articulado (Scott, 1989). Com base nessa teoria, a relação de poder precede a rede de outras relações

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, doutoranda do Curso de Sociologia da UFPE.

sociais que o gênero permeia, como as políticas, familiares e de trabalho, bem como a condição biológica que diferencia as pessoas segundo o sexo. Essa relação de poder tem como base as atribuições milenarmente impostas ao homem e à mulher pela sociedade a qual reserva ao homem a condição privilegiada.

A relação social de gênero, mesmo posta em prática de forma limitada, já é levada a efeito por instâncias com influências macro, como o agente financeiro internacional Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas – ONU. Apesar desse avanço, o Brasil, na condição de utilitário de programas promovidos por essas entidades, quando da formulação de políticas públicas, não atenta, no geral, para a questão de gênero.

A desconsideração com a relação de gênero é uma realidade nos programas de combate à seca originados em políticas públicas destinadas ao Semi-Árido brasileiro¹. Estes programas têm sido de caráter emergencial. Postos em funcionamento a cada seca, aqueles, como o próprio nome sugere, só existem durante o período de estiagem, sendo desativados aos primeiros sinais de volta à normalidade das chuvas.

Considerando a característica principal de temporariedade dos programas de emergência é que podemos dizer que a política de seca se constitui numa demanda recorrente (Rua, 1997), isto é, um problema não resolvido ou mal resolvido que está sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental. Esses programas de emergência são implantados para amenizar ou eliminar conflitos inevitáveis num período de seca, diante do estado de calamidade ao qual é submetida a maioria da população do Semi-Árido. Diante da pressão da população, o Governo

¹ Isto ocorre também em outros programas oficiais dirigidos à região, a exemplo do Programa de Reforma Agrária. Este foi concebido, pensado, a partir do homem e para o homem, baseado em valores culturais que reservaram ao masculino o trabalho dito produtivo, fora de casa, do mesmo modo que à mulher os afazeres ligados ao espaço doméstico (embora a realidade atual aponte para uma crescente participação da mulher no mundo do trabalho). No caso deste Programa, o direcionamento para o masculino se explica pelo principal componente, a terra, patrimônio culturalmente masculino, mesmo a mulher possuindo uma íntima ligação com a terra, principalmente na agricultura familiar em que ela é a responsável por inúmeras atividades. Desta Reforma, cujo como carro-chefe é a distribuição de terras, a mulher, quase sempre, participa em condições especiais, quando perde a referência do masculino, em caso de morte ou abandono do marido e na ausência de um filho homem e maior de 18 anos, impossibilitado, portanto, de assumir o lote (Fischer e Melo, 1998).

cria medidas de urgência.² A utilização, pelo Governo, de paliativos, ao invés de ações permanentes no enfrentamento das secas do Semi-Árido, pode ser ilustrada neste depoimento de entrevistado:

O Governo se recusa a enfrentar o problema de seca. Não leva o caso a sério. Acha por bem dar essa cestinha (cesta básica). O Nordeste é lugar de fome e desemprego. Na seca, se o governo não dá emprego, fica todo mundo parado e começa a pressionar. O Governo acha um meio de acalmar o povo e manda a cesta, e depois a Emergência (Frentes de Trabalho) (trabalhador alistado. Município de Ouricuri).

Para amenizar os efeitos da estiagem de 1998 foi criado o Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, popularmente conhecido como Programa de Emergência³, e cujo objetivo é superar o estado crítico nas áreas atingidas, no que se refere ao abastecimento de água; acesso a alimentos; geração de emprego e renda, através das frentes de trabalho e do crédito, e melhoria nos níveis de educação e saúde. As ações emergenciais foram adotadas com critérios de continuidade, sustentabilidade e otimização de recursos, ampliando diversos programas sociais, ambientais e econômicos existentes. Ao ampliar a filosofia do Programa, o Governo antecipa suas ações de caráter permanente, sobretudo na área de capacitação para a convivência com as características climáticas do Nordeste.

O Programa de Emergência de 1998, a exemplo dos implantados durante as secas anteriores, não contemplou a questão de gênero. A configuração desses programas remete à atuação do

²Em maio de 1998, aproximadamente 1.200 trabalhadores rurais, representantes de sindicatos da categoria e de associações rurais dos estados nordestinos realizaram uma caminhada até o prédio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene – Recife, onde apresentaram aos dirigentes do órgão um plano de convivência com a seca. Na ocasião, solicitaram a criação de 2.000.000 de empregos para a população da região atingida pela seca e a quantia de R\$2.000.000,00 de empréstimo para custeio e investimento também para essa população. Além do Governo Federal, estas representações fizeram pressões junto aos governos dos estados atingidos pela estiagem.

³ O programa foi implantado em maio de 1998. Ele contemplou 1.235 municípios espalhados por oito estados do nordeste, o norte de Minas Gerais e do Espírito Santos. O programa abrange uma população rural de 9,9 milhões de pessoas. No início ele atendia somente a população rural, posteriormente incluiu a população urbana. O Governo Federal está investindo no programa mais de R\$ 1,3 bilhão. Os governos dos estados incluídos participam das despesas com, no mínimo, 20% dos recursos próprios. A contribuição dos estados se processa na forma de equipamentos, materiais e suprimento d'água, quando se tratar de obras e serviços e, na remuneração dos alistados nas frentes produtivas, necessariamente em dinheiro (Sudene, 1998).

masculino, como se o público atingido pelos efeitos da seca fosse apenas formado por homens. Essa realidade, na qual a mulher é preterida ao homem – ao invés de ser igualmente considerada pelo programa, levando-se em conta as especificidades de ambos – nos remete à invisibilidade (força de trabalho familiar, não remunerada e cognominada de ajuda) da mulher na agricultura do Semi-Árido, mesmo quando ela tem uma participação ativa no setor agrícola (Rufino e Melo, 1996) e representa 51% da população total de 17.935.113 (Fibge, 1996) habitantes dessa região.

A masculinização de que se reveste o Programa, que resulta na desatenção à questão de gênero, é identificada no planejamento, estruturado a partir de comissões, bem como nas suas linhas de ação.

Nas Frentes de Trabalho ou Frentes Produtivas⁴, que se constituem na ação exponencial dos Programas de Emergência implantados até o presente, a ausência do aspecto gênero pode ser identificada nos critérios adotados para selecionar os beneficiados, bem como nos tipos de obras e serviços eleitos pelo Programa. Pela importância que exercem, as Frentes muitas vezes são confundidas com o próprio Programa de Emergência. Isto ocorre mesmo quando ele envolve outras ações e atua em parceria com programas já em funcionamento na região, a exemplo do atual.

As Frentes são consideradas pela população atingida como a ação mais importante, principalmente porque resultam em emprego para aqueles que conseguem se alistar⁵.

Apesar da proposta de atender até um milhão de pessoas, as Frentes deixam de assistir grande parte dos atingidos pela seca do Semi-Árido, cuja população total, como já indicado acima, é de

⁴ As Frentes de Trabalho receberam o nome de Produtivas porque deveriam, segundo o Programa, contribuir para as comunidades se prepararem para uma melhor convivência com a estiagem, através das obras hídricas e outros serviços, principalmente pela capacitação e alfabetização dos trabalhadores alistados.

⁵ As Frentes do Programa de Emergência de 1998 tinham como propósito beneficiar até um milhão de trabalhadores rurais dos estados contemplados. Segundo informes de técnico da Sudene, o Programa atendeu até 1.192.716 pessoas (beneficiados pelas Frentes e com cestas de alimentos), sendo que, em abril de 1999, este número caiu para 887.239 beneficiados, quando da desativação do Programa nas localidades começou a chover. Para fazer face às despesas com o Programa, o Governo Federal repassou à Sudene R\$ 600 milhões. Cada trabalhador da Frente recebeu inicialmente (maio/98) a importância de R\$ 50,00 e, a partir de junho até a presente data, recebe mensalmente o valor de R\$ 80,00. Desse total, R\$ 65,00 são retirados do montante dispensado pelo Governo Federal, e o restante, para complementar o "salário da emergência", é a contrapartida dos governos estaduais. A jornada de trabalho das Frentes é de 27 horas semanais, 8 das quais são disponibilizadas para o trabalhador alistado nas Frentes se dedicar à capacitação / alfabetização.

17.935.113. Nesta seca, o número de alistados no Programa foi inferior ao implantado quando da estiagem de 1993, pelo menos em determinadas áreas. Assim, no município de Patos (PB), cuja população é de 86.036 habitantes (Fibge, 1996), assiste atualmente 2.030 pessoas, o que representa menos da quarta parte do total de alistados na seca de 1993. Do mesmo modo, no município pernambucano de Ouricuri, com um contingente populacional de 58.288 (Fibge, 1996), alistou, na atual seca, 4.200 pessoas, ou seja, menos da metade dos inscritos em 1993. (Informes das Secretarias da Agricultura dos municípios de Patos e Ouricuri, *in locus*, fev. /1999). Esta diferença é bem representativa porque as populações dos municípios acima citados, no mínimo, se mantiveram em termos numéricos no período entre as duas últimas secas.

O Programa de 1998, além de ter reduzido o número de beneficiados, favoreceu a população atingida do sexo masculino, que deteve maior número de vagas, mesmo não sendo este o propósito do Governo Federal. Nos dois municípios acima citados, somente 30% do total de alistados⁶ são mulheres, embora a maioria da população dessas localidades pertença ao sexo feminino. Desse modo, no município de Patos, as mulheres representam 52,9% do total de habitantes, enquanto que em Ouricuri, a população feminina é de 50,5% (Fibge, 1996). A maior participação do masculino no Programa, apesar da representatividade numérica das mulheres, mostra que a relação entre homens e mulheres é, primeiramente, de poder. Poder secularmente delegado ao masculino.

A desigual participação da mulher, em termos numéricos, no Programa se explica pelos critérios utilizados na seleção dos beneficiados, que favoreceram a inserção do masculino, apesar de haver explicitado que se tratava de um direito do trabalhador e da trabalhadora rural.

A princípio, o Programa utilizou critérios gerais de seleção, como a ocupação principal (trabalhador rural) e a idade das pessoas. Além disso, limitava o número de beneficiados por família, segundo o número de membros. Com relação à idade, os contemplados deveriam

⁶ A relação total dos alistados no programa é nominal. As listagens contém os nomes dos beneficiados e o número de documento de identificação dos mesmos. Estas listagens são utilizadas no dia do pagamento do salário.

ter entre 14 e 60 anos ou ser menor arrimo de família. Se o alistado tivesse de 14 a 18, anos o Programa respeitaria o Estatuto da Criança e do Adolescente e não admitiria a evasão escolar. Com relação ao tamanho da família, a exigência era: aquelas até 5 (cinco) membros tinham direito a alistar 1 (uma) pessoa; as de 6 (seis) a 10 (dez) integrantes poderiam inscrever 2 (duas) pessoas; às famílias de mais de 10 (dez) componentes era facultado alistar 3 (três) pessoas; núcleos familiares com aposentados e com mais de 7 (sete) membros, podiam inscrever apenas 1 (uma) pessoa (Sudene, 1998).

Porém, para que o Programa funcionasse de forma mais abrangente, no sentido de atender o maior número possível de famílias, e não se concentrasse nas unidades numerosas, o que era permitido pelos critérios iniciais, foi necessário uma adaptação desses critérios às realidades dos municípios contemplados. Assim, os critérios normalmente utilizados davam prioridade ao trabalhador rural que dependesse da produção agrícola ou pecuária para seu sustento e da família; preferência aos trabalhadores cabeças da família; excluía os aposentados, funcionários públicos ou empregados fixos; não permitiam o alistamento se membros da família (pai, mãe, filhos) percebessem pensão vitalícia e davam prioridade aos proprietários rurais que se enquadrassem nos moldes da agricultura familiar estabelecido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.⁷

A partir de alguns dos critérios adotados, a mulher, ao se candidatar ao Programa, é “naturalmente” preterida. São exemplos disso os critérios referentes à responsabilidade pelo sustento da família e o cargo de chefe do núcleo. Esses papéis sociais são historicamente desempenhados pelo homem. Quando atributos como esses são utilizados como critérios de participação no Programa, se não impedem, restringem o direito da mulher de usufruir desse benefício. Nesse sentido, a participação da mulher nas Frentes, de modo geral, só aconteceu quando da ausência do representante masculino na família

⁷ O Pronaf considera agricultores familiares aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: utilizar de forma direta o seu trabalho e de sua família, com concurso de empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; ter, no mínimo, 80% da renda familiar originados da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais quantificados na legislação em vigor.

(viúvas, mães solteiras e mulheres abandonadas pelos maridos, desde que os filhos sejam menores de idade, e, se adultos, do sexo feminino). A escolha dos beneficiados a partir de critérios masculinos limitou a participação da mulher no Programa de Emergência, como ilustram os depoimentos abaixo:

Na Emergência passada, trabalhei tirando os torrões para aprofundar o açude. Trabalhou homens e mulheres. Nessa seca, fiz o maior esforço para entrar, eles só queriam alistar os homens. Só consegui com a ajuda da Agente de Saúde (trabalhadora alistada/ separada. Município de Patos).

Muita gente que tinha precisão não se alistou. A Emergência era mais para os homens do que para as mulheres. Tinha muitas mulheres que não conseguiram entrar. Tem uma pobrezinha daqui de perto, cheia de filho, e não foi alistada. Não sei por que eles dificultaram mais para as mulheres. Acho que é porque o homem tem mais necessidade de entrar na Emergência (trabalhadora alistada/separada. Município de Ouricuri).

Meu marido foi chamado para trabalhar no roço da estrada. Eu queria trabalhar também, porque só o que ele ganha é pouco, mas não consegui me alistar. Acho que essa Emergência deveria ser para homem e mulher, pelo menos para os dois em cada família (trabalhadora não alistada. Município de Ouricuri).

Não teve nada para mulher. Eles (os responsáveis pelo alistamento) disseram que, sendo casado, só podia alistar um, o marido. Se a mulher pudesse participar, era bom; eu tinha deixado minha mulher ir porque é uma ajuda (trabalhador alistado. Município de Patos).

Nessa região, esse ano não alistou mulher. Eu tive que me bater muito para arranjar uma vaga para mim. Na seca de 1983, primeiro, eles alistaram os homens e, depois de 3 meses, alistaram as mulheres e os homens solteiros (trabalhador alistado. Município de Ouricuri).

A adoção dos referidos critérios realça a dicotomia das esferas pública e privada como espaços tradicionalmente ocupados por homens e mulheres, respectivamente. O âmbito público entendido como o lugar-comum, o próprio mundo, a rua. O espaço público é o social, é o que tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Este é o lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra. Enquanto que a esfera privada estaria associada ao individual, à intimidade, à afetividade, à casa, do mesmo modo que, em oposição à esfera pública, à necessidade, à futilidade e à vergonha, embora tais condições não fossem exclusivas desse espaço (Arendt, 1997; DaMata, 1991). A partir dessa concepção, o homem partiria para o público, para o mundo do trabalho, em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto que a mulher ficaria no espaço privado da casa, ou seja, da esfera doméstica, uma espécie de gestora do lar, e também executora, pois cuidaria desde os afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuía, e demais membros da família, até o gerenciamento, para as mulheres casadas, dos recursos destinados ao ambiente doméstico.

A concepção dicotômica de privado como lugar exclusivo de mulher, e público como lugar exclusivo de homem, que norteou, em grande parte, as Frentes Produtivas e, conseqüentemente, o Programa de Emergência para o masculino, já não faz tanto sentido nos dias atuais, com a presença marcante da mulher no mundo do trabalho. Em termos de Brasil, o ingresso da mulher na esfera pública tem aumentado nos últimos anos de forma contínua. A participação do feminino nas atividades econômicas tem acontecido tanto no setor formal como no informal da economia. Assim, a população economicamente ativa – Pea⁸ feminina, para o Brasil, em 1985, era de 33,53%, enquanto que, para o Nordeste, esse contingente alcançava 33,26%. No ano de 1995, os dados saltam para 51,4% para o Brasil, e, para o Nordeste, o percentual sobe para 40,53%. No entanto, devemos lembrar que, apesar dessa conquista da mulher, ao marcar presença de forma crescente num ambiente antes exclusivo do homem, ela não conseguiu, ainda, que aquele compartilhasse a responsabilidade

⁸ Pessoas efetivamente trabalhando somadas àquelas que estão procurando emprego na semana em que está acontecendo a pesquisa sobre emprego.

do espaço “da casa”, senão na condição de ajudante, com a liberdade de desempenhar as tarefas quando desejar. Dessa forma, “a casa” continua sendo obrigação da mulher, e por isso, para tomar parte na esfera pública, é ela quem recorre aos serviços de outras mulheres – as empregadas domésticas – e ou das creches, para realizar tarefas da competência do espaço doméstico, durante sua permanência no mundo do trabalho.

Associando, ainda, a dicotomia dos espaços público e privado, o critério adotado pelo Programa em favor do chefe de família também diminui as chances de participação da mulher, na medida em que este encargo foi secularmente dado ao homem, mesmo sendo ela a responsável pelos cuidados da família. Essa atribuição ao homem deve-se ao fato de sua nomeação para participar da esfera pública, ambiente propício para adquirir proventos necessários à sustentação da família. A nomeação de “chefe de família” àquele que a sustenta deixa de ser um atributo exclusivo do masculino, passando a ser também um encargo de mulher, no momento em que ela participa do mercado de trabalho. Sendo crescente a inserção da mulher nas atividades econômicas, como demonstrado acima, conseqüentemente, vem aumentando o número de mulheres chefes de família. No caso específico da região do Semi-Árido, é marcante a presença de mulheres “que se tornaram chefes de famílias, responsáveis pela sobrevivência da família, sobretudo em períodos de seca, durante a ausência dos maridos. Essas mulheres são chamadas “viúvas da seca” (Portella et al., 1994; Branco, 1997). A possibilidade de a mulher ocupar o cargo de chefe da família, quando esta dispõe da referência masculina (marido, pai, irmão ou filho de maior idade), nem sempre é aceito pela própria mulher. Esse papel, tradicionalmente desempenhado pelo homem, faz com que mulheres continuem elegendo-o como chefe da sua família, mesmo quando elas também assumem, totalmente ou em grande parte, as despesas financeiras (Melo, 1997).

A relação de poder identificada nas Frentes, que privilegia o masculino, existe não somente em critérios adotados na seleção dos beneficiados, mas no tipo de empreendimento e nos serviços contemplados pelo Programa, o que mostra que, de fato, este é desenhado e planejado para o homem.

As obras e os serviços realizados pelas Frentes foram idealizadas pelo Programa. Por isso, as demandas das comunidades encaminhadas pelas comissões municipais deveriam se enquadrar na

listagem daquelas ações. As linhas mestras que norteiam os trabalhos das Frentes Produtivas estão direcionadas para os recursos hídricos, alfabetização/ capacitação e saneamento básico. Além destas, outras atividades fazem parte das Frentes, como: construção e recuperação de prédios públicos na zona rural; limpeza de prédios públicos e de ruas na área urbana; fabricação de telhas e tijolos a serem utilizados em obras públicas ou mutirões; produção de brita e paralelepípedo para aplicação em áreas diversas; pavimentação com paralelepípedos; construção de residências. As Frentes contemplam também Frentes Ecológicas e Culturais.⁹

As obras e serviços listados pelo Programa, executados pelos trabalhadores nomeados pelas Frentes de Emergência, se destinavam inicialmente às áreas rurais dos municípios contemplados. Posteriormente, foram estendidos ao marco urbano desses municípios, com o alistamento de trabalhadores residentes nas periferias das cidades.

Em sua maioria, as obras e serviços selecionados se concentram nas áreas rurais, e estas, pelas próprias características, eliminam ou dificultam a possibilidade de participação da mulher nas Frentes. Isto ocorre a partir da divisão sexual do trabalho, que reserva à mulher as tarefas no âmbito da casa e ao redor dela, do mesmo modo que ao homem, os trabalhos fora desses espaços, como já discutido anteriormente. Nesse sentido, o desempenho de atividades necessárias à realização de obras e serviços, como: construção, recuperação e limpeza de cisternas, tanques, barragens, açudes, barreiros e aguadas; construção e recuperação de prédios públicos e residências na zona rural; fabricação de telhas e tijolos a serem utilizadas em obras públicas ou mutirões; pavimentação com paralelepípedos e produção de britas e paralelepípedos, são tarefas tradicionalmente realizadas pelo masculino. Primeiro, por serem executadas no espaço fora da casa, e, portanto, da competência do homem; segundo, porque são julgadas como atividades “pesadas”, exigentes de esforço físico, para o que o homem, mais do que a mulher, está habilitado. Apesar da conotação masculina dada a essas atividades, a mulher da área rural do Semi-

⁹ As Frentes Ecológicas estão voltadas para a educação ambiental, as atividades de conservação e recuperação do meio ambiente e para o ecoturismo. As Frentes Culturais têm como objetivo manter o dinamismo da economia nordestina no setor de artesanato, através da promoção da cultura regional, nos principais centros do País (Sudene, 1998).

Árido não somente “pode” como “realiza” tarefas dessa natureza, mesmo que sua participação seja proporcionalmente inferior à do homem. A mulher dessa região trabalha inclusive naquelas atividades consideradas “mais difíceis” e “duras” como as relacionadas à produção de brita e paralelepípedos, quando realizadas de forma artesanal¹⁰. Os depoimentos de trabalhadoras entrevistadas revelam que é uma realidade a participação da mulher nas tarefas ditas masculinas:

Cortar pedra é um serviço muito pesado. Só quem faz é homem; é um serviço muito pesado. Quebrar brita tem mulher que faz e criança também. É pesado, mas, se tem precisão, a mulher também faz. Minhas filhas já trabalharam na brita pra me ajudar (trabalhador alistado. Município de Patos).

Esse ano eu não consegui me alistar, mas, na última seca, eu trabalhei carregando pedra na carroça de mão. Se tivesse Emergência para mulher, ela poderia trabalhar nos barreiros, tirando a areia. Ia ser bom, fazia futuro porque ganhava dinheiro (trabalhadora não alistada. Município de Ouricuri).

Devia ter dado emprego para homem e para mulher. Mulher do Nordeste não escolhe o que é para fazer; qualquer serviço que botar para ela fazer, ela faz. Eu já fiz de tudo. Até um poço já furei, sozinha. Tirei a lama e, depois, fui cavar o poço. Com um metro de fundura, deu água. Isso já faz mais de 10 anos e até hoje ainda tem água (trabalhadora não alistada. Município de Patos).

Aqui em casa só quem é alistado é meu marido. Eles deviam ter alistado mais mulheres porque a mulher na roça faz tudo, só não faz chover (trabalhadora não alistada. Município de Patos).

O desempenho da mulher trabalhadora rural do Semi-Árido, nas diversas atividades associadas ao setor agrícola, põe em cheque a existência

¹⁰ No município de Patos, atividades relacionadas à produção de pedras foram incluídas no Programa de Emergência. Sem o auxílio de máquinas, todas as atividades são realizadas com ferramentas manuais (martelo, marrão – martelo grande que pesa de 8 e 10kgs – alavanca, pá, etc.), o que requer esforço físico, como, por exemplo, a quebra das grandes rochas para transformá-las em paralelepípedos ou em pedras de maior dimensão. A realização dessas atividade também representa um risco, uma vez que são executadas sem qualquer equipamento de proteção, sendo, portanto, comuns acidentes de trabalho do tipo: cortes no corpo provocado por pedaços de pedra ou pelas ferramentas utilizadas. Além disso, os responsáveis por esses trabalhos freqüentemente se acidentam com estilhaços de pedra que se alojam na cavidade ocular, fazendo vítimas, inclusive com perda de uma das vistas.

da divisão sexual do trabalho que delimita o espaço da mulher à casa. Na prática, a separação de tarefas entre homens e mulheres, nessa região, parece só funcionar para o homem, uma vez que ele continua participando apenas dos afazeres fora da casa.

Com base nessa divisão sexual do trabalho é que as atividades das Frentes destinadas às áreas urbanas (que se resumem praticamente à limpeza de prédios públicos e varredura de ruas), por constituírem tarefas tradicionalmente femininas, têm maior número de mulheres alistadas, ao contrário das Frentes rurais, que concentram trabalhadores do sexo masculino. Um exemplo disso é o município de Patos, cuja população, é praticamente, toda urbana com 96% do total de habitantes (Fibge, 1996), e as vagas das Frentes destinadas ao contingente populacional da cidade foram, em 74%, ocupadas por mulheres. De forma inversa, nesse município, a participação delas nas Frentes rurais foi de 36%. Esta realidade reforça a questão de gênero como relação de poder.

Tanto na área rural como na urbana, o desempenho parcial dos trabalhadores e trabalhadoras das Frentes, no sentido da execução das atividades, foi uma constante nas localidades pesquisadas, o que se explica pela precariedade no seu acompanhamento, fiscalização e execução, tarefas de responsabilidade das comissões. Desarticulação entre os responsáveis pelo planejamento e a operacionalização do Programa, demora na escolha das obras e dos locais para sua implantação, a prática do apadrinhamento na seleção dos alistados, bem como o atraso na liberação dos recursos para o pagamento dos alistados e para a realização das obras, também foram apontados como falhas desse Programa de Emergência. Falas de entrevistados retratam essa realidade:

No início da Emergência, os trabalhadores ficaram uns tempos sem trabalhar porque não existia material para fazer as obras. Mas, o pessoal estava ganhando sem trabalhar. O salário é pouco, atrasava, e ainda atrasa, mas eles recebiam. Ninguém sabia o que ia fazer, em que local e quando ia começar. Nessas Frentes, tem sido assim: o povo faz de conta que trabalha e o Governo faz de conta que paga (representante do Cáritas. Município de Patos).

O Governo poderia pegar esse dinheiro e dar logo de graça.

Falar a verdade, não é um dinheiro bem aplicado. Ele não deixou nenhuma serventia. Fiquei recebendo o salário sem fazer nada. Não tem fiscalização nem serviço pra ninguém fazer (trabalhador alistado. Município de Ouricuri).

Nessa Emergência tem gente que não precisava e está inscrito. Tem comerciante, tem gente que possui carro, moto e consegue se alistar. Tem Agente de Saúde que trabalha na escola, é professor e está alistado. Aqui em casa, só eu consegui; minha mulher pelejou e não entrou. Se fosse nós dois alistado, estava passando melhor nesta seca (trabalhador alistado. Município de Patos).

Afora essas possibilidades, a parcialidade antes aludida pode também ser explicada pelos tipos de serviço selecionados pelo Programa, de acordo com a localidade, rural/urbana, em que está implícito: trabalho realizado principalmente por homens (zona rural) e trabalho executado em grande parte por mulheres (área urbana). Nesse sentido, havendo obstáculos do tipo dos acima mencionados, para execução das atividades, é mais comum, nas áreas rurais, as mulheres alistadas “ficarem paradas”, e os homens desempenharem as atividades, mesmo que de forma parcial, já que as tarefas dirigidas para as localidades rurais estabelecidas pelo Programa, no imaginário de homens e de mulheres, são realizadas pelo homem, embora, na realidade, isto seja contraditório, como discutido anteriormente neste texto. Do mesmo modo, ocorrendo tais dificuldades, no meio urbano, o mais provável é que homens alistados “fiquem parados” enquanto mulheres alistadas desempenhem as atividades do Programa, ainda que parcialmente, pois as tarefas reservadas às áreas urbanas são ditas e aceitas como femininas.

A desatenção do atual Programa de Emergência para com a questão de gênero, conforme demonstrado, não é exclusiva das Frentes, mas perpassa a ação referente à distribuição das cestas de alimentos básicos.

A distribuição dessas cestas foi a primeira das ações postas em prática pelo Programa, diante do estado de calamidade em que se encontrava a população das áreas afetadas. Mesmo constituindo a primeira providência do Governo Federal, na concepção de entrevistados,

a decisão demorou a ser tomada, o que levou à mobilização da sociedade civil em socorro dessa população. Nesse sentido, dentre outros, pessoas comuns, empresários, ONG's e instituições religiosas, localizadas nos municípios, em outros estados brasileiros e até em outros países doaram alimentos para os necessitados da seca.

Na opinião de entrevistados, o número de cestas fornecidas pelo Programa foi insuficiente e inferior às doações ocorridas na última seca, a de 1993. Além disso, na primeira remessa de cestas, a quantidade de alimentos era de apenas 9kg, sendo aumentada para 19kg a partir do segundo envio. Afora isto, reclamavam da qualidade das mercadorias enviadas pelo Governo, como pode ser confirmado no relato abaixo:

A cesta que o Governo distribuiu é ruim. As mercadorias são dos estoques velhos. O arroz que veio foi o que sobrou da geadada do Sul, é de péssima qualidade, parece areia, é fraco. O feijão não cozinha, nem na panela de pressão. O macarrão é bom, mas só veio um pacote. Mas mesmo assim, teve gente que saiu chorando porque não conseguiu receber cesta. Eu só peguei a cesta porque tenho sete pessoas para dar de comer (trabalhador alistado do município de Patos).

Na interpretação de integrante da Comissão Municipal de uma das áreas pesquisadas, as atuais cestas são de boa qualidade, e somente as distribuídas do início do Programa continham produtos com prazos de validade vencidos e, portanto, sem condições de serem consumidos pela população, parecendo, realmente, ter sido uma “desova do estoque velho dos alimentos do Governo”.

A ausência da questão de gênero nesta ação do Programa acontece quando as cestas têm como principais beneficiados os alistados (porém, de acordo com a decisão das Comissões Municipais, as cestas poderiam beneficiar pessoas que não conseguiram se alistar no Programa), que, conforme já discutido neste texto, privilegiou o masculino. Assim, estando a doação de cestas atrelada, em grande parte, ao alistamento, ela também vem reiterar a desatenção do Programa para com a mulher.

O crédito se constitui num outro tipo de ação contida no atual Programa de Emergência. Do mesmo modo que as demais ações, o crédito não se preocupou com a questão de gênero.

O crédito no marco do programa, é realizado através do Banco

do Nordeste. O Governo Federal, pela Medida Provisória nº 1.659, de 12 de maio de 1998, repassou a àquele banco a quantia de R\$ 450 milhões, destinados a produtores rurais com empreendimentos localizados nos municípios atingidos pela seca na área de atuação da Sudene. Este investimento tem como objetivo fortalecer a infra-estrutura hídrica, formar reservas de alimentação animal, dar condições para que sejam produzidos alimentos para o consumo humano e manter os rebanhos para atenuar os efeitos da estiagem (Sudene, 1998).

A proposta dessa ação de crédito é a de assistir aos produtores rurais independentemente do tamanho de área de terra que possuam. Porém, do total desses recursos, 50% foram destinados aos mini e pequenos produtores rurais que explorem a terra com auxílio da família – a agricultura familiar. Na identificação desse público, foram utilizados os critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

O valor do empréstimo concedido variou conforme o tipo de produtor rural. Assim, os pequenos e mini produtores poderiam receber até R\$ 15 mil; os médios, até R\$ 35 mil; e os grandes produtores rurais, até R\$ 50 mil.

Os recursos do empréstimo seriam utilizados tanto para investimento como para o custeio. Os bens e serviços financiados seriam: construção e recuperação de açudes e barragens; recuperação e/ou instalação de poços tubulares e Amazonas; extensão da rede elétrica de baixa tensão; dessalinizador de água; reserva estratégica alimentar; construção de silos; aquisição de rações e vacinas; manutenção de capineiras e bancos de proteínas; aluguel de pastagens; formação de lavouras temporárias e custeio do processo de ensilagem e fenação.

Na obtenção do crédito, os produtores assumiriam os encargos financeiros de 6% ao ano (taxa de juros fixa) para o investimento e de 3% (taxa de juros fixa) para o custeio. No caso dos mini e pequenos produtores, será concedido um rebate de 50% sobre o valor das prestações do principal. O prazo de pagamento é de até 12 anos para os itens de investimento, inclusive carência de quatro anos; e para o custeio, o prazo é de até 4 anos, com carência de 2 anos. Os recursos serão obtidos diretamente no Banco do Nordeste ou repassados por cooperativas ou associações rurais (Idem, 1998).

A questão de gênero não foi contemplada nesta ação do Programa de Emergência, o que pode ser verificado a partir do público que ele objetiva atender – o produtor rural –, explícito no masculino, do mesmo modo que pela invisibilidade da força de trabalho da mulher na agricultura familiar, forma de produzir predominante no Semi-Árido.

A categoria de produtor rural como beneficiária do crédito, mesmo estando posta no masculino (a prática gramatical elegeu o masculino para encabeçar situações que envolvam não somente pessoas como animais ou coisas), inclui também a mulher. No entanto, a produtora rural dessa região, embora não formalmente excluída do acesso ao crédito, na realidade, tem participação mínima ou nula, não somente naquele relacionado à emergência de seca, como nos demais programas creditícios endereçados ao Semi-Árido. Na área pesquisada, a participação da produtora rural na ação do crédito sequer é ventilada pelos técnicos responsáveis pela distribuição dos recursos financeiros, do mesmo modo que pelos técnicos dos órgãos de desenvolvimento da região.

A “ausência” da mulher produtora rural no acesso ao crédito do Programa de Emergência também não é notada, na maioria das vezes, pela família rural dessa região, e, inclusive pela própria mulher, que muitas vezes não se percebe como produtora rural. Isto ocorre devido aos papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade e que são por eles aceitos e reproduzidos.

Na região em estudo, a agricultura é concebida como uma atividade masculina, embora a mulher tenha uma participação efetiva, não somente na agricultura familiar ¹¹ como no assalariamento (Melo, 1997).

Na agricultura familiar, tipo que predomina na região, o homem, além de desenvolver atividades agrícolas, é o responsável pelos “negócios” da agricultura que envolvem a administração, a comercialização e o financiamento da produção, tarefas de topo na escala hierárquica. A mulher participa diretamente dos afazeres agrícolas, atividades de menor prestígio. Ela é sempre considerada como uma “ajuda”

¹¹ A agricultura familiar, produzida em pequena escala, é conhecida também como agricultura de subsistência. Tem, entre outras características, o uso de tecnologia tradicional, não tipicamente comercial, baixa aplicação de recursos financeiros e a força de trabalho empregada tem como base a família. Ela é cultivada pelos pequenos proprietários de terra e os trabalhadores sem terra, que lideram, em número, o total dos produtores da região. Estes produtores são responsáveis pelas culturas alimentares básicas de milho, feijão e mandioca.

nos trabalhos agrícolas, sem, portanto, identidade profissional. Na concepção dos demais membros da família, as mulheres são tidas como ajudantes nos trabalhos agrícolas porque, de forma contrária aos homens, desempenham as atividades ditas leves, trabalham eventualmente e dedicam poucas horas às tarefas ligadas ao setor. Além disso, são pessoas fracas, que adoecem com frequência, fator que também compromete o desempenho e impede que elas trabalhem para terceiros (Fischer e Melo 1996). Esta situação está presente não só no imaginário do homem, como no da mulher.

Esta é uma interpretação distorcida da realidade e que contradiz o imaginário de homens e mulheres, uma vez que a mulher participa de todas as atividades, embora realize principalmente as de colheita e plantio, que a divisão sexual do trabalho agrícola elegeu como atividades femininas. Caso seja necessário, ela não está isenta de executar atividades reconhecidas como masculinas, como a destoca. A “flexibilidade” de trabalho no âmbito agrícola também é válida para o trabalhador masculino, que, numa época de pique da colheita, trabalha juntamente com as mulheres nesta atividade, a mais feminina das tarefas.

O cognome de “ajudante” dado à mulher trabalhadora da região do Semi-Árido e que, lamentavelmente, as estatísticas oficiais responsáveis pelo levantamento de dados do setor agrícola não desmistificam quando não revelam o desempenho de homens e mulheres na produção agrícola, assim como as horas trabalhadas, e os tipos de atividades exercidas por ambos os sexos.

A falta de identidade profissional da mulher produtora rural da região, e o título da propriedade onde reside e trabalha, quando a família possui, no nome do homem, explicam, em grande parte, a desatenção com a questão de gênero na ação do crédito aos produtores rurais, incluída no Programa de Emergência.

O Programa de Emergência da seca de 1998 foi trabalhado por comissões paritárias, com a participação dos órgãos oficiais engajados no desenvolvimento regional e diversos segmentos da sociedade. O Programa, que é acompanhado diretamente pela Presidência da República, foi estruturado a partir de três tipos de comissão: uma gestora, e comissões estaduais e municipais nos estados contemplados pelo Programa. Os representantes das comissões são formalmente indicados pelas instituições que elas representam.

A Comissão Gestora¹² é presidida pelo superintendente da Sudene e incorpora o coordenador da Defesa Civil desse órgão e um representante por Ministério (Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia, Exército, Fazenda, Agricultura e do Abastecimento). Um representante de cada estado integrante da área de atuação da Sudene. Outros órgãos oficiais, assim como entidades não-governamentais (cooperativas, instituições religiosas e representações da classe dos trabalhadores da agricultura). Nessa comissão formada por cerca de vinte membros, apenas duas mulheres participam (dez/98); em nome da Secretaria de Planejamento do Ceará e da Secretaria de Trabalho e Ação Social da Bahia.

As Comissões Estaduais¹³ de cada Estado participante do programa são formadas por representantes do governo de cada Estado participante, e um desses representantes preside a Comissão. Do mesmo modo que a Comissão Gestora, a Estadual é composta por membros dos diversos segmentos da sociedade e por um representante da Assembléia Legislativa (ligado à comissão da seca ou à da agricultura). Nas Comissões Estaduais, a mulher está ausente ou sua presença é inexpressiva, tal como na Gestora.

A Comissão Municipal,¹⁴ em cada localidade, é presidida por um representante da respectiva Prefeitura e formada, também, pelos líderes do governo e da oposição na Câmara Municipal, representante do governo estadual (Emater), um Agente Comunitário de Saúde e um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais, instituições religiosas, Ministério Público e até três representantes de órgãos, entidades ou setores profissionais, não governamentais, que atuem no município, a critério da comissão.

Nas Comissões Municipais, do mesmo modo que nas demais, a mulher praticamente esteve ausente. No município de Ouricuri, dos 15

¹² O papel desta Comissão é o de aprovar os planos de trabalho apresentados pelos estados; estabelecer normas executivas para o Programa; aprovar as prestações de contas apresentadas pelas Comissões Estaduais e adotar as medidas necessárias à implementação do Programa.

¹³ Acompanham a execução das ações do Programa, com as atribuições, dentre outras, de aprovar os planos de trabalho apresentados pelas Comissões Municipais; definir os planos de trabalho a partir das normas estabelecidas pela Comissão Gestora; acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Programa em nível estadual; analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos aplicados pelo Programa, no Estado.

¹⁴ Estas Comissões indicam os serviços e obras a serem realizados; acompanham, fiscalizam e avaliam a execução do Programa em nível municipal e elaboram a prestação de contas dos recursos do Programa aplicados nos municípios.

membros que inicialmente compunham a Comissão, apenas um pertencia ao sexo feminino. Essa mulher representava a Federação das Associações do município de Ouricuri. Atualmente, com a redução do número de componentes para dez, não existe representação feminina nessa Comissão. No município de Patos, a ausência da mulher na Comissão é uma realidade desde a sua formação.

A privação da mulher ou sua inexpressividade nessas Comissões, reitera, dentre outros fatos os princípios que norteiam a sociedade, que delegam ao masculino o poder de decisão, a posição de comando, restando à mulher a participação como comandada. Por essa histórica condição feminina, a mulher do Semi-Árido, no geral, se envergonha de falar, de opinar e de reivindicar em encontros em que a figura masculina está presente, seja porque o ambiente das decisões é, por tradição, do homem, seja porque o número de mulheres é sempre mínimo nessas situações.

Acrescido a isto, a internalização, por homens e mulheres, sobre os seus papéis na sociedade resulta, de forma natural, na aceitação de ambos os sexos das resoluções centradas ou direcionadas ao masculino. Assim, a introjeção, dentre outros fatores, é a responsável pela “masculinização” do Programa de Emergência. Em decorrência dessa realidade é que, não somente este Programa, mas os de desenvolvimento dirigidos ao Semi-Árido são pensados, idealizados para assistirem e atenderem às necessidades do homem ou, de forma generalizada, à família que tem como referência a sua figura. Nesse prisma de construção, a mulher tem participação limitada nos Programas, sendo contemplada quase sempre de forma indireta através da família.

Diante desse contexto, parece compreensível que as representações nas comissões não atentassem para a inclusão de gênero no Programa de Emergência. Isto porque, dentre outros fatores elas, no geral, não conseguem perceber o relevante papel e as múltiplas atividades desenvolvidas pela mulher na agricultura do Semi-Árido. Caso esta consciência existisse, a mulher poderia ter garantido, juntamente com o homem, sua efetiva participação no Programa, de acordo com as diferenças específicas de cada um.

A participação da mulher nas comissões, apesar das dificuldades enfrentadas e das limitações a ela impostas, representou, sem dúvida, um avanço porque a mulher conseguiu ocupar um espaço num ambiente de decisões antes restrito ao homem. Do mesmo modo, a paridade nas

comissões representa uma conquista da sociedade civil como um todo, apesar da pouca autonomia de participação dos componentes, relatada por integrantes das Comissões Municipais das localidades pesquisadas. De qualquer forma, constitui um avanço da sociedade civil, que começa a se inteirar das decisões tomadas, ainda que na condição de ouvinte.

A paridade nas comissões, embora signifique um avanço da sociedade, é percebida por pessoas da região do Semi-Árido, antes de tudo, como um jogo do Estado diante da atual realidade financeira em que se encontra o País. Os relatos de entrevistados apontam esta visão:

O Governo só permitiu que a população entrasse nas decisões nesta Emergência porque ele está sem dinheiro. Ele coloca a bomba chiando nas mãos da população. Se a bomba estourar, a população é incompetente para se auto-administrar. Se o dinheiro estrangeiro tivesse correndo frouxo, como antes, talvez ele não permitisse a participação da população no programa de emergência (integrante da Comissão Municipal de Afogados da Ingazeira –PE¹⁵).

Quando o Governo tinha dinheiro, não falava em comissão. Tudo era entregue aos políticos. Agora, que eles não têm dinheiro, querem se livrar do problema e chamam a população. Dão 30 cestas para uma comunidade com 100 famílias. Não é brincadeira para uma Associação (rural) fazer a distribuição destas cestas. É mandar distribuir a miséria. Os Conselhos Municipais também assumem o problema, sendo cobrados pela população (representante do Cáritas. Município de Patos).

Além disso, acreditam alguns entrevistados que as representações populares na condição de integrantes das comissões, serão co-responsabilizadas pelo inevitável e corriqueiro insucesso dos Programas de Emergência de seca (pelas suas limitações e pelo hiato entre as propostas e o que é posto em prática), podendo deixar os movimentos sociais participantes vulneráveis aos olhos da população local.

No desenho do Programa de Emergência, a atenção ao homem,

¹⁵ Este depoimento foi tomado em julho de 1998, quando a Fundação Joaquim Nabuco -FJN- realizou uma pesquisa exploratória sobre a seca em vários municípios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará.

expressa no planejamento e em ações implementadas, é, ainda, identificada na capacitação dos trabalhadores rurais¹⁶, que se constitui num dos objetivos de caráter mais permanente do Programa.

A capacitação técnica proposta para os alistados das Frentes se realiza nos moldes do Programa Convivendo com a Seca¹⁷, que está sendo expandido pela Sudene para o demais estados afetados pela estiagem sendo adaptado às realidades locais.

Para capacitar a comunidade rural para conviver com a seca, o instrumento metodológico utilizado foi uma série de 10 cartilhas, produzidas pela Secretaria de Agricultura, e que versam sobre os seguintes temas: O que é o “El Niño”?; A Chuva e a Seca no Sertão; Água de Beber; Manejo de Cisterna; Manejo de Rebanho; Práticas de Conservação de Forragem; Manejo de Solo; Potencialidades da Vegetação Nativa; Alimentação Alternativa no Semi-Árido e Organização do Trabalho. Estas cartilhas, distribuídas com Associações de Agricultores, Sindicatos Rurais, Escolas Rurais, Técnicos Locais e Agentes Comunitários, ensinam a população do Semi-Árido de Pernambuco que é possível desenvolver esta região, mesmo nos períodos climáticos mais desfavoráveis.

Os ensinamentos contidos no programa de capacitação técnica refletem que este foi pensado para atender o homem e que a questão de gênero, portanto, está ausente.

Os cursos oferecidos pelo Programa, dos tipos associativismo, uso de agrotóxicos, apicultura, conservação do solo, da água e de alimentação animal, têm como público meta o homem, uma vez que tradicionalmente as atividades relacionadas a estes cursos são realizadas pelo masculino. Do mesmo modo, os ensinamentos referentes à alimentação alternativa são dirigidos à mulher.

O objetivo do programa de capacitação não contempla incluir

¹⁶ O Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca tem como objetivo avançar qualitativamente na educação de crianças, jovens e adultos, através de programas voltados para a alfabetização e orientação tecnológica para a convivência com o Semi-Árido.

¹⁷ Este Programa foi desenvolvido em 1997 pelas Secretarias de Educação, Agricultura, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Planejamento, Trabalho e Ação Social do Estado de Pernambuco. O Programa Pernambuco Convivendo Com a Seca reúne um conjunto de ações preventivas para a região do Semi-Árido, no Sertão e Agreste do Estado, beneficiando cerca de 480.000 pessoas, objetivando: reforçar a infra-estrutura hídrica do Semi-Árido, construindo mais de 20.000 obras na região; promover o desempenho pecuário, garantindo a alimentação dos rebanhos bovino, caprino e ovino, com a produção de 611 mil toneladas de forragem (matéria seca); apoiar o funcionamento regular da rede de escolas rurais e promover a capacitação e treinamento da população rural (Sec.da Agricultura de Pernambuco, 1997).

mulheres e homens nos cursos, o que ajudaria a romper a crença de que a mulher dessa região tem uma mínima participação no trabalho agrícola. Ao contrário, nos moldes como foi construído, reitera que o espaço concedido socialmente à mulher é o da casa e arredores, do mesmo modo, o que reforça a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura.

Apesar disso, deve-se reconhecer que as cartilhas trazem ilustrações fiéis sobre o efetivo papel desempenhado pela mulher dessa região. O trabalho feminino é mostrado não somente na esfera privada da casa – carregando lata d'água na cabeça e preparando o alimento consumido pela família – como no espaço público – produzindo bens e serviços gerados no setor agrícola e participando de reuniões promovidas pelas associações rurais e de manifestações públicas de caráter reivindicativo.

A prática de se pensar no masculino como indivíduo único ou mais importante ou, ainda, o mais necessitado entre os receptores (homens e mulheres) das ações contidas numa política pública, assim como de se formar em ambientes de planejamento e de tomada de decisões com a presença eminentemente masculina; do mesmo modo que o comportamento retraído apresentado por mulheres quando da tomada de decisões que dizem respeito a ambos os sexos, situações essas analisadas no Programa de Emergência, estão associados ao secular sistema patriarcal arraigado nas pessoas de modo geral. Para Riane Eisler, mais preciso do que o termo “patriarcado”, capaz de descrever um sistema social governado pela força ou pela ameaça de força masculina, é a androcracia.

Esta expressão deriva-se das palavras de raiz grega *andros*, ou ‘homem’, e *kratos*, ‘governado’ (Eisler, 1989, p.145). A idéia androcêntrica que tem norteado os programas sociais dirigidos ao Semi-Árido do Nordeste - e aí se inclui o Programa de Emergência de seca -, mesmo não sendo de forma proposital, é elevada à prática, o que certamente se constitui, se não no maior, num dos grandes obstáculos institucionalizados à atuação da mulher, reiterando a ausência da questão de gênero, que inclui homens e mulheres, considerando suas diferenças específicas, nas políticas públicas dirigidas à região.

Considerações finais

A condição de desvantagem imposta à mulher, por inexistência da equidade de gênero, é uma realidade generalizada, presente tanto na esfera pública como no espaço privado.

Neste último, essa condição é reiterada quando a mulher participa de atividade remunerada fora de casa e aumenta sua jornada de trabalho por continuar responsável pelos afazeres domésticos.

No espaço público, reconhecido como produtivo, embora o privado também o seja, tanto as organizações oficiais quanto as particulares, de maneira consciente ou não, reforçam essa situação ao privilegiarem o sexo masculino. É bem verdade que, na maioria das vezes, esse comportamento se processa sem que os seus responsáveis percebam os danos causados às pessoas do sexo feminino.

O não dar-se conta do ônus imposto à mulher não deve ser limitado ao masculino, mas à própria mulher. Este comportamento, assumido por indivíduos de ambos os sexos, se explica pela forma como a sociedade foi estruturada há milênios, em que o masculino tem sido a figura central. Os papéis de homens e mulheres, impostos por essa sociedade, foram por eles internalizados, restando à mulher a condição de sócia minoritária do poder. Isto se reflete na desatenção generalizada para a questão de gênero, conforme já assinalado.

O primeiro passo para a prática de justiça social nesse sentido parece ser o de desmontar a estrutura patriarcal, tão fortalecida nas mentes de homens e mulheres. É um trabalho difícil, mas que deve ser feito simultaneamente com ambos os sexos. É preciso que homens e mulheres se pensem e se sintam como tais, para que haja equidade de gênero. É necessário ter presente a urgência da prática do direito igual para homens e mulheres enquanto cidadãos. Não se pode pensar em desenvolvimento, na solução dos grandes problemas mundiais, como a fome e a pobreza, conforme foi reforçado na Rio-92, se o princípio da equidade de gênero não for considerado.

Pensando na necessidade urgente do exercício da equidade de gênero de um modo geral e, de maneira específica, nos programas e políticas dirigidas ao Semi-Árido do Nordeste, sugere-se trabalhar a questão de gênero junto a homens e mulheres ao mesmo tempo nas esferas privada e pública (na família, na produção agrícola familiar, nos movimentos rurais, junto às organizações governamentais e não governamentais etc).

Para tanto, a metodologia indicada é a de cursos de capacitação sobre o enfoque de gênero:

Na esfera privada, os cursos devem contemplar o trabalho doméstico como atividade a ser desenvolvida de forma igual pelo homem e pela mulher, desmistificando assim, a casa como espaço exclusivo de responsabilidade do elemento feminino. Na prática, a participação de ambos os sexos no trabalho doméstico pode funcionar se eles alternam entre si os dias de serviço na casa, com os de fora do lar. Desse modo, ambos partilham igualmente dos dois espaços de trabalho. Deve abordar também o direito de participação da mulher, como do homem, nas associações, sindicatos e demais movimentos sociais. A mulher deve participar não como justificativa numérica (quando homens e mulheres fazem parte do grupo), mas para fazer valer seus direitos de cidadã. A presença da mulher no trabalho agrícola familiar deve ser reconhecido por ela e pela família. O valor do trabalho agrícola deve ser igual para homens e mulheres.

O Estado deve se capacitar na questão de gênero para que não haja exclusão da mulher das políticas públicas e dos programas endereçados ao Semi-Árido. Todas as instâncias (federal, estadual e municipal), assim como os responsáveis pelos diversos estágios de uma política pública, desde o planejamento até a operacionalização, devem estar sensibilizados quanto à questão de gênero. Esta capacitação levará, dentre outros ao reconhecimento do Estado quanto ao trabalho da mulher na agricultura, principalmente na de tipo familiar – não remunerada. Esse reconhecimento permitirá a participação da mulher, de forma igual ao homem, nos vários programas, como, por exemplo, no Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca.

Para que ocorra a equidade de gênero no Programa, é preciso que:

- a) o número de alistados esteja de acordo com o tamanho da população, considerada por sexo.
- b) A distribuição do montante de crédito considere o sexo dos produtores rurais.
- c) As comissões sejam paritárias também quanto ao sexo dos componentes.

- d) As mulheres tenham o direito e sejam estimuladas a participar de todos os cursos de capacitação oferecidos.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Lígia. *A reconstrução da desigualdade entre homens e mulheres no novo paradigma produtivo*. Recife, 1998. Mimeo.

_____. *Reprodução da subordinação de gênero: o caso da mulher trabalhadora rural de empresa de uva do submédio São Francisco*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1997.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BANCO MUNDIAL, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 1991.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nossa história, nosso futuro*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

FISCHER, Izaura Rufino; ABUQUERQUE, Lígia. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Massangana, 1996.

_____. *A mulher na reforma agrária*. In: *Política Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Massangana, 1990.

_____. *A (In) visibilidade da mulher na reforma agrária*. Recife: Fundaj, 1998. Projeto de Pesquisa.

PLANO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO – PNCD. *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*. 2 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1998.

PORTELLA, Tarciana; BLOCH, Didier; CASTELLO BRANCO, Telma. *Projeto Viúvas da Seca*. Recife, 1994. *Unpublished manuscript*.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas: conceitos básicos*. In: Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Latinoamericano para el Desarrollo Social- INDES. *Curso de directivos en diseño e gestión de políticas e programas sociales*. Washington, D.C., 1997.

SCOTT, Joan. *Gender: an useful category of historical analysis. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Programa Pernambuco Convivendo com a Seca*. Secretaria da Agricultura Orienta. Recife, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (Sudene). Programa federal de combate aos efeitos da seca. *Manual das Comissões Municipais*. Recife, 1998.

ABSTRACT

Gender Exclusion in the Brazilian Program of Combat Against the Drought Effects. As a part of the research *Northeastern Drought in 1998: Dimensions and Social and Economic Characteristics*, developed by the Fundação Joaquim Nabuco, the article analyses, grounded on data from the states of Pernambuco and Paraíba, the gender relationship in softening the effects of the drought in the Northeastern Semi-Arid region. Finds out a lack of gender perspective as an obstacle to a more equal relationship between women and men. The article concludes that women have less opportunities than men as to the power of decision, what represents strong difficulties to the access of benefits as well as of being agents of that Emergence Program.

Key words: woman, gender, drought, Pernambuco, Paraíba, Semi-Arid region, Northeast, agriculture.

RÉSUMÉ

L'exclusion du genre dans le Programme Brésilien de Combat contre les Effets de la Sécheresse.

L'auteur intègre la recherche *La sécheresse dans le Nordeste de 1998: dimensions et caractéristiques socio-économiques*, élaborée par la Fondation Joaquim Nabuco. Sur la base de données recueillies en Pernambuco, elle analyse la relation de genre dans le *Programme de lutte contre la sécheresse*, créé en 1998 par le Gouvernement Fédéral pour réduire les effets du manque de pluie dans le semi-aride du Nordeste. Elle constate l'omission d'une perspective de genre, empêchée par le manque d'une relation d'égalité entre les hommes et les femmes. Sa conclusion est que furent données moins d'opportunités aux femmes en ce qui concerne le pouvoir de décision, rendant difficile et les empêchant d'être bénéficiaires et agentes du propre *Programme de lutte*.

Mots-clé: femme, genre, sécheresse, Pernambuco, Paraíba, semi-aride, Nordeste, lutte, agriculture.